

Excelentíssimo Senhor:

Em atendimento ao Requerimento nº. 910/2017, informamos ao Excelentíssimo Sr. Antonio Esmael Alves de Mira, Presidente da Câmara Municipal de Ibitinga, bem como aos ilustres Srs. Vereadores Tiago Piotto, Alliny Sartori, Carlinhos da Empresa Cruz e Zé Rocha, signatários do Requerimento supracitado e aos demais Senhores Vereadores desta Egrégia Câmara, as informações que se seguem:

Os dados e os valores solicitados nos itens 1 e 2, referente ao ano de 2016, estão sendo apresentados no documentado legal expresso no Balanço Patrimonial, nos DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício, fluxo de caixa e Notas Explicativas de forma ampla e geral. Há de salientar que este balanço Patrimonial e seus componentes foram auditados por auditores independentes cujo parecer faz parte integrante na sua apresentação. Também lembramos que, por força legal todos esses dados foram publicados conforme exemplar do jornal anexo e assim atendemos todas as obrigações legais.

Com referência ainda aos itens 1 e 2, sobre os valores de 2017, informamos que o balanço e suas demonstrações contábeis, estão em fase final de conciliações pelo nosso departamento contábil, que tem a empresa Teorema como contratada e responsável legal nas informações que farão parte do balanço. Esses trabalhos estão em adiantado estado e sua conclusão está previsto para os próximos 30/60 dias, e estarão também auditados e publicados. Assim que estiverem completos poderemos remeter-lhes cópia dos dados de 2017 como estão sendo enviados os de 2016.

Quanto ao item 3, informamos que não dispomos dos julgamentos do Tribunal de Contas sobre as prestações de contas das subvenções recebidas. Salientamos, que não consta nenhum apontamento ou qualquer restrição nas avaliações do Tribunal até a presente data, constando como corretas e acertadas as prestações de contas dos últimos anos. Maiores informações, se houver, poder estar arquivadas na Secretaria de Desenvolvimento Social o qual nos reportamos quanto da entrega das Prestações de Contas das Subvenções municipais da Prefeitura Municipal de Ibitinga. Já, nas subvenções estaduais, as Prestações de Contas são

apresentadas e ficam arquivadas na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo – DRS 3 – Araraquara.

Por fim, colocamo-nos a disposição dos ilustres Vereadores para quaisquer dúvidas ou necessidades de informações das contas da Santa Casa de Ibitinga; reafirmamos nosso desejo como já manifestado em outras oportunidades, que estamos engajados na missão que os Senhores desempenham em esclarecer e satisfazer as necessidades da população Ibitinguense, trabalhando arduamente e intensamente buscando sempre o melhor, amparada na Missão da nossa Santa Casa de Ibitinga.

Com elevada estima e consideração, aproveitamos a oportunidade para enviar-lhes nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,



DR. EDSON FERNANDO INÁCIO
Interventor Judicial

A Sua Excelência

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA

Presidente da Câmara Municipal de Ibitinga – SP

**BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
31/12/2016 E 31/12/2015
(valores expressos em reais)**

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	357.133	110.895
Créditos Operacionais a Receber	5	551.286	761.274
Subvenções a Receber	5	1.007.700	948.700
(-) Provisão p/Perdas s/Créditos	5.1	-	(147.999)
Estoque	6	265.960	225.887
Créditos Diversos a Receber	6.1	241.944	88.017
Outros Créditos	7	-	137.404
TOTAL CIRCULANTE		2.424.023	2.124.178
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	8	167.148	265.466
Créditos a Receber	8	778.096	
Imobilizado	9	2.856.663	2.810.056
(-) Depreciação Acumulada		(1.089.733)	(952.173)
Intangível		-	-
Amortização Intangível		-	-
		2.712.173	2.123.350
TOTAL DO ATIVO		5.136.196	4.247.528

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

Rua Domingos Robert, nº. 1090 – Centro – IBITINGA – SP – Cep 14.940-000
CNPJ 49.270.671/0001-61 – Fone/Fax (16) 3352.7711
Email: diretoria@santacasaibitinga.com.br

**BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
31/12/2016 E 31/12/2015
(valores expressos em R\$)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>Nota</i>	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.628.526	2.818.187
Empréstimos e Financiamentos	11	6.769	69.225
Obrigações Trabalhistas e Fiscais	12	2.991.012	4.005.373
Contas a Pagar	13	370.376	24.118
Subvenções a Realizar	13	1.007.700	948.700
		-	-
		-	-
		7.004.383	7.865.603
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de Tributos e Contrib.	12	5.658.699	3.079.924
Processos Cíveis e Trab. A Pagar	12	9.772.965	4.325.839
Créditos a Realizar	12	778.096	-
		-	-
		16.209.760	7.405.762
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	14	(11.023.838)	(11.023.838)
Superavit/Déficit do exercício		(7.054.110)	-
		-	-
		(18.077.948)	(11.023.838)
TOTAL DO PASSIVO		5.136.196	4.247.528

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rua Domingos Robert, nº. 1090 – Centro – IBITINGA – SP – Cep 14.940-000
CNPJ 49.270.671/0001-61 – Fone/Fax (16) 3352.7711
Email: diretoria@santacasaibitinga.com.br

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
31/12/2016 E 31/12/2015
(valores expressos em R\$)**

	2016	2015
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	16.174.147	14.046.662
Receitas com Subvenções	9.362.100	7.732.041
Receitas S.U.S.	4.503.935	4.328.779
Receitas não S.U.S. e Particulares	1.768.859	1.748.107
(-) Deduções das Receitas	(13.942)	(10.533)
Contribuições e Doações Voluntárias	117.737	234.936
Outras Receitas Operacionais	435.459	13.332
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	16.174.147	14.046.662
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(2.845.148)	(2.400.731)
(=) SUPERÁVIT BRUTO	13.328.999	11.645.932
(-) DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	(13.499.402)	(12.178.121)
Salários e Encargos Sociais	(6.588.509)	(5.792.065)
Honorários e Serviços Médicos	(6.099.785)	(5.205.891)
Despesas com Localização e Funcionamento	(820.957)	(883.038)
Outras Despesas Operacionais	-	(242.778)
Resultado financeiro líquido	9.849	(54.349)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS AJUSTES	(170.402)	(532.189)
Despesas patrimoniais	(6.883.707)	-
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(7.054.110)	(532.189)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA
CNPJ (MF) 49.270.671/000161
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Superávit/Defícits Acumulados	Superavit do Exercício	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.540.048)	(380.388)	(1.558.102)	-	(10.491.649)
Ajuste de Exercícios Anteriores Incorporado ao Patrimônio Social	-			301.170	-
Superávit do exercício incorporado ao Patrimônio Social	(301.170)			(532.189)	(532.189)
Superávit apurado no exercício de 2016					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.841.218)	(380.388)	(1.558.102)	(231.019)	(11.023.838)
Ajuste de Exercícios Anteriores Incorporado ao Patrimônio Social	(532.189)			532.189	-
Superávit do exercício incorporado ao Patrimônio Social					
Superávit apurado no exercício de 2016				(7.054.110)	(7.054.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(8.373.407)	(380.388)	(1.558.102)	(6.752.939)	(18.077.948)

Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga
CNPJ (MF) : 49.270.671/0001-61
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em reais)

	31/12/2016	31/12/2015
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superavit/Déficit do Exercício	(7.054.110)	(532.189)
Depreciação	137.560	173.819
Ajuste de Exercícios Anteriores		-
(=) Déficit Ajustado	(6.916.549)	(358.370)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Contas a Receber	(53.607)	646.684
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	(53.607)	646.684
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais e Fiscais	98.319	-
Créditos a Receber	(778.096)	-
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	(679.777)	-
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores e Contas a Pagar	(798.765)	(149.875)
Empréstimos e Financiamentos	(62.456)	(20.377)
Provisões		-
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	(861.220)	(170.252)
(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Tributos e Contribuições PROSUS	2.578.775	-
Creditos a Realizar	778.096	-
Provisão para Contingência	5.447.127	(62.846)
(=) Acréscimo/Decrecimo Ativo Circulante	8.803.999	(62.846)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	292.845	55.215
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
(-) Aquisição do Imobilizado	(46.607)	(187.655)
(+) Aquisição imobilizado com recursos públicos		-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(46.607)	(187.655)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
(+) Empréstimos	-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	246.238	(132.439)
SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	110.895	243.334
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	246.238	(132.439)
SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	357.133	110.895

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31.12.2016 e 31.12.2015

(Valores em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, isenta de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar. Está localizada à Rua Domingos Robert, 1090, Bairro Centro, Cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, excetuando os CPC's: 11 – Contratos de Seguro; 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola; 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais; 35 – Demonstrações Separadas; 44 – Demonstrações Combinadas e o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Escrituração contábil atende às Resoluções números 750/93 e 1409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros.

Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior, tendo o real como unidade monetária de valor.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. Os ativos realizáveis e os passíveis exigíveis com prazo até o final do exercício seguinte são classificados como Circulante e, após essa data, como Não Circulante;
- b. Os Estoques de Medicamentos são avaliados ao custo médio, que não superam o valor de aquisição.
- c. Os Investimentos e bens do Ativo Imobilizado são contabilizados pelo valor de aquisição.
- d. A depreciação sobre os bens do Imobilizado foi calculada até 31.12.2016 pelo método linear, às taxas consideradas satisfatórias à utilidade.
- e. As despesas e receitas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. As receitas oriundas de Subvenção Governamental estão sendo apropriadas de acordo com o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental;

Rua Domingos Robert, nº. 1090 – Centro – IBITINGA – SP – Cep 14.940-000

CNPJ 49.270.671/0001-61 – Fone/Fax (16) 3352.7711

Email: diretoria@santacasaibitinga.com.br

4. DISPONIBILIDADES

Compreendem os valores de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente. Os valores em caixa representam parcelas recebidas durante o exercício e utilizadas no exercício seguinte, de subvenção governamental devidamente formuladas através do convênio n. 021/2016 – CUSTEIO (aquisição de materiais de consumo e prestação de serviços), Convênio 306/2016 PRÓ-SANTAS CASAS. O restante das disponibilidades em caixa, são valores oriundos de receitas gerais e serão aplicados nos gastos gerais da Entidade.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	286.478	92.875
Bancos Conta Movimento	70.654	18.020
Total	357.133	110.895

5. CONTAS A RECEBER

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços aos convênios SUS E não SUS, pacientes particulares, Subvenções Governamentais a Receber, Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores, créditos tributário e cheques a receber.

As Subvenções a receber são convênios firmados com a Secretária de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de Ibitinga, referentes ao Programa Pró Santas Casas e Subvenção Municipal destinados a custeio, onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios a Receber	551.286	613.275
Pacientes Particulares a Receber	0	147.999
Subvenções a Receber	1.007.700	948.700
Total	1.558.986	1.709.974

5.1 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS

A entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber em 31/12/2014, de contas particulares a receber. Durante o exercício de 2016, a Entidade decidiu reverter essa provisão, tendo em vista a dificuldade de recebimentos destes créditos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para Perdas s/Créditos	-	147.999
Total	-	147.999

6. ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Medicamentos	144.015	87.370
Materiais Hospitalares	97.125	68.988
Materiais de Laboratório	0	126
Materiais Radiológicos	4.158	6.802
Materiais Ortopédicos	792	8.766
Material de Limpeza	280	4.391
Material de Escritório	12.827	36.358
Gêneros Alimentícios	1.350	4.507
Materiais de Manutenção	3.899	2.874
Materiais de Consumo	1.514	5.705
Total	<u>265.960</u>	<u>225.887</u>

6.1 CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Nessa rubrica constam valores de adiantamentos concedidos a empregados e fornecedores, impostos a recuperar, cheques a receber, conta a receber via judicial e bloqueios jurídicos.

TÍTULOS E CHEQUES A RECEBER	3.666	4.016
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	144.802	46.570
	<u>241.944</u>	<u>88.017</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

Nessa rubrica constavam valores pendentes de recebimento, onde a Entidade decidiu por baixar tais valores, em virtude de não ter a perspectiva de recebimento.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a Receber	-	137.404
	<u>-</u>	<u>137.404</u>

8. VALORES A RECEBER EM LONGO PRAZO

Refere-se a valores a receber de bloqueios judiciais por conta de demandas trabalhistas e cíveis.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a receber	945.244	265.466

9. ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, independente dos bens terem sido adquiridos por contrato de compra e venda ou arrendamento mercantil. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens, de acordo com os cálculos de seus profissionais.

A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07, tópico Apresentação da subvenção no Balanço, item 27, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo.

Em 31/12/2016, estava assim constituído:

Descrição	Saldo Anterior	Adições	Baixas /Transf.	Saldo Atual
Edificações	1.310.810,70	0,00	0,00	1.310.810,70
Máquinas e Equip.	1.549.202,49	12.858,00	0,00	1.562.060,49
Móveis e Utens.	325.432,74	33.748,53	0,00	359.181,27
(-) Subvenções	-375.389,80	0,00	0,00	-375.389,80
	2.810.056,13	46.606,53	0,00	2.856.662,66
Depreciação	-952.172,95	0,00	137.560,32	-1.089.733,27
Total imobilizado	1.857.883,18	46.606,53	137.560,32	1.766.929,39

10. FORNECEDORES

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Fornecedores de Produtos e Serviços	2.628.526	2.818.187
Total	2.628.526	2.818.187

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São registrados por valores históricos, empréstimos contraídos junto a Instituições Financeiras e Particulares, vencíveis a curto prazo e atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>
Empréstimo Banco do Brasil	0	47.661
Empréstimo BV Financeira	0	14.849
Parcelamento Passaporte FEBI	6.769	6.716
TOTAL	6.769	69.225

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

Registra os valores provenientes de salários a pagar a funcionários e refere-se à competência dezembro de 2016, paga em janeiro de 2017. As provisões constituem valores de férias e 1/3 de férias a pagar aos funcionários, de acordo com o período de aquisição das mesmas. Encargos sociais, Tributos e Parcelamentos são débitos constituídos e parte recolhida em janeiro de 2017, e parte será incluída no PROSUS – Programa de Recuperação Fiscal, conforme nota n. 21.

	2.016		2.015	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Obrigações com Pessoal	387.666	-	367.258	-
Provisões	614.185	10.551.061	522.122	4.325.839
Encargos Sociais a Recolher	1.458.192	-	2.129.588	-
Tributos a Recolher	293.089	-	747.717	-
Parcelamentos de Tributos	237.879	5.658.699	238.689	3.079.924
	2.991.012	16.209.760	4.005.373	7.405.762

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Corresponde a valores a repassar para com terceiros e projetos em andamento. As Subvenções a receber são convênios firmados com a Secretária de Estado da Saude e Prefeitura Municipal de Ibitinga, referente ao Programa Pró Santas Casas e Subvenção Municipal destinados a custeio, onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos.

	2.016	2.015
Processos Civeis a Pagar	307.876	3.500
Processos Trabalhistas a Pagar	62.500	20.618
Outras Contas a Pagar	0	0
Subvenções a Realizar	1.007.700	948.700
	1.378.076	972.818

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o Patrimônio Social inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição. O déficit real apurado neste exercício no valor de R\$ 170.402,39, que somado ao resultado dos ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 6.883.704,34 resultou no déficit do exercício no valor de R\$ 7.054.109,73, será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação do balanço.



15. CONTAS DE RESULTADO

As receitas são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência do exercício e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo seu principal cliente o S.U.S. – Sistema Único de Saúde. As despesas estão sendo apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício e foram apuradas através de notas fiscais, recibos, relatório, tudo em conformidade com as exigências legais e fiscais.

16. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções governamentais destinadas ao custeio foram contabilizadas em conformidade com o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamental, sendo apropriadas em receitas na medida em que ocorreram as despesas.

Subvenções e Doações		
	2016	2015
Subvenções Municipais	6.043.100	6.043.100
Subvenções Estadual	3.319.000	1.688.941
Total Subvenções	9.362.100	7.732.041
Investimentos	0,00	190.704
Total Subvenções e Doações	9.362.100	7.922.745

17. CEBAS - CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, e oficializou, em 04/08/2014, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS-SAÚDE, baseado no parágrafo 2º, do artigo 24, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009. No dia 30/01/2017, foi publicada a Portaria n. 257, de 27/01/2017, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 30/01/2017 a 29/01/2020.

18. ATENDIMENTOS SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, Inciso III, do Decreto nº 12.101, de 27/11/2009, o número total de internações realizadas medidas por paciente dia, e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2016 e 2015 foi de:

Em 2016:

Internações Hospitalares	2016		2015	
	Quant.	%	Quant.	%
Descrição				
Internações – SUS	3.151	74,56	3.165	71,75
Convênios – não SUS	833	19,71	983	22,29
Particulares	242	5,73	263	5,96
Total	4.226	100	4.411	100

Medida por Paciente/Dia	2016		2015	
	Quant.	%	Quant.	%
Descrição				
Internações – SUS	10.655	80,81	9,274	64,76
Convênios – não SUS	2.088	15,83	5.047	35,24
Particulares	443	3,36	-	-
Total	13.186	100	14.321	100

19. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

São demonstrados a seguir, os valores relativos as isenções tributárias usufruídas.

	2016	2015
Isenção da Cota Patronal	1.522.374	1.338.741
Total das Isenções Usufruídas	1.522.374	1.338.741

20. LEGISLAÇÃO FISCAL

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.


21. PROSUS

A Entidade ingressou com requerimento de adesão ao PROSUS em 11/07/2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24/10/2013, onde obteve sua inclusão através da Portaria n. 866 de 11/09/2014. No dia 03/11/2014, a Entidade protocolou junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União, requerimento de moratória dos débitos tributários e previdenciários alcançados pelo programa PROSUS, onde aguarda a regulamentação do programa para quitar seus débitos para com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da União.

Ibitinga – SP – 31 de março de 2017.



Ana Paula Reis Céu
Interventora Judicial
CPF. 107.965.308-23



Nicolau José Morato
Contador CRC/SP.178147/O-0
CPF.098.995.509-42

Ibitinga, 15 de março de 2017.

À

LACERDA & AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Gustavo Maciel, 15-07 – 1º andar – sala 15 - Centro.
CEP 17015-321 – Bauru – SP

Prezados Senhores:

Ref.: Carta de Responsabilidade da Administração da Santa Casa Misericórdia de Ibitinga., referente às Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Social) em 31/12/2016.

A presente Carta de Responsabilidade, que se constitui num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir aos senhores auditores formar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis de nossa Empresa, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está sendo emitida por nossa administração, para assegurar que as mesmas refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido/social e as origens e aplicações de recursos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Nesse sentido, com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações transmitidas a Vossas Senhorias durante seu exame das Demonstrações Contábeis do exercício examinado:-

As Demonstrações Contábeis e/ou suas notas explicativas.

a) Indicam ou registram:-

- 1- Para fins de identificação, as Demonstrações Contábeis examinadas por Vossas Senhorias, transcritas no Livro Diário e que também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins, apresentam os seguintes valores básicos:-

Em Reais Mil		31/12/2016
Total do ativo		5.136.196
Total das exigibilidades		23.214.143
Patrimônio Líquido		(18.077.948)
Déficit do exercício		(7.054.110)

- 2- Todas as transações efetuadas pela nossa empresa, no período coberto pelas Demonstrações Contábeis, foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.
- 3- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Contábeis:
- a) Toda a transação de compra venda e prestação de serviços;
 - b) Lucros ou prejuízos decorrentes de compromissos de compra ou venda;
 - c) Acordos para recompra de ativos anteriormente vendidos;
 - d) Ativos dados em garantia.
- 4- Todos os prejuízos esperados em razão de circunstâncias já conhecidas.

b) Pressupõem que:-

- 1- A entidade auditada é proprietária dos ativos apresentados nas Demonstrações Contábeis, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, e não existem quaisquer outros ativos que não tenham sido apresentados nessas demonstrações.
- 2- Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
- 3- As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
- 4- Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.

- 5- Todos os devedores constantes na posição de contas a receber o estão por contraprestação de serviços ou venda a eles efetuados.
- 6- O sistema contábil e de controle interno adotado pela empresa é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.
- 7- Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas Demonstrações Contábeis.

c) Além disso, não temos conhecimento:-

- 1- De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a empresa está sujeita; também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da empresa.
- 2- De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa manteve transações.
- 3- De quaisquer fatos ocorridos que possam afetar as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da empresa.
- 4- De eventos ou circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que os ativos, em particular o ativo imobilizado, possam estar registrados nas Demonstrações Contábeis por valores superiores ao seu valor de recuperação.
- 5- De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das situações seguintes:-
 - a) Ações ou reclamações relevantes contra a empresa;
 - b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
 - c) Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a empresa;
 - d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que esteja descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas;

- e) Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, etc.

d) Também confirmamos que:-

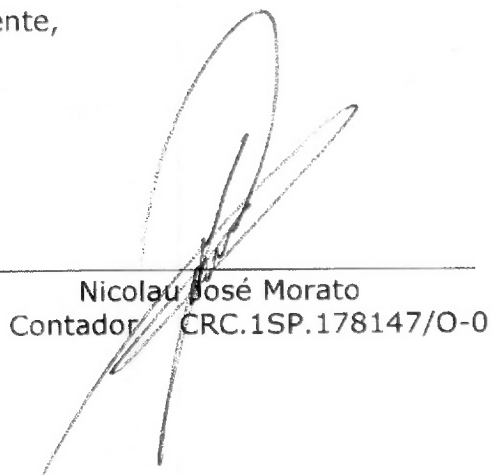
- 1- Os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios sociais, portanto, de acordo com as necessidades operacionais de nossa empresa.
- 2- A Administração reconhece sua responsabilidade na elaboração e na implantação de controles para prevenir e detectar fraudes, e não tem conhecimento de qualquer fraude, ou suspeita de fraude, que pudesse ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis.
- 3- A empresa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 4- Nossa administração cumpriu todas as normas regulamentares a que a empresa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras, com respeito a aspectos financeiros.
- 5- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das Demonstrações Contábeis.
- 6- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração, funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança, e terceiros, que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 7- Não houve violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Contábeis ou mesmo das origens ao registro de provisão para contingências passivas.
- 8- As estimativas contábeis foram efetuadas sob responsabilidade da administração, com base em dados consistentes e que os riscos e incertezas existentes foram divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- 9- Não temos conhecimento da existência de contingências ambientais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais,

- 10- A Entidade entende, com base na opinião de seus consultores jurídicos, a suficiência das provisões constituídas para cobrir eventuais perdas processuais.
- 11- Os nomes abaixo relacionados constituem a totalidade dos consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a empresa, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingências, até a data da carta:-
- a) Dr. Paulo Eduardo Rocha Pinezzi
- 12- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da empresa.
- 13- Todos os livros, registros contábeis, registros auxiliares e documentação comprobatória foram colocados à disposição dos auditores, e que não existem outros além daqueles disponibilizados.
- 14- Todas as atas de reunião de Sócios e Diretores, que sob qualquer forma afetasse a situação patrimonial da empresa, foram colocadas à disposição de Vossas Senhorias.

Atenciosamente,



Ana Paula Reis Céu
Interventora Judicial



Nicolau José Morato
Contador CRC.1SP.178147/O-0

LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo. Senhores

Provedor e Administradores da:

SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA

CNPJ: 49.270.671/0001-61

Rua Domingos Robert, nº 1090.

14.940-000 - IBITINGA - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

1. A entidade não efetuou teste de Recuperabilidade em seu Ativo Permanente - Imobilizado previsto nas CPC 01 e CPC 26, bem como não possui controle interno suficiente e apropriado para que possamos emitir opinião sobre sua regularidade;

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis.

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

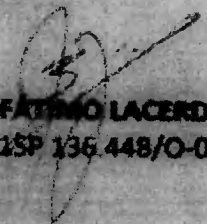
LACERDA - Consultores & Auditores Independentes

- os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru – SP, 27 de Março 2017.

LACERDA & AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-2SP 020717/O-7


SEBASTIÃO FATIMA LACERDA
CRC 2SP 136.448/O-0